Projeto de Lei nº 024/2020

EMENTA: Altera a Lei orçamentária com autorização de abertura de crédito suplementar no valor de R$ 20.000,00 no orçamento da Câmara Municipal.

"O Prefeito do Município de Alvorada do Oeste-RO, no uso de suas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal de Alvorada do Oeste aprovou a seguinte Lei que a **sanciono**:

Art. 1º. Abre Crédito Suplementar por Transferência e/ou remanejamento no valor de **R$ 20.000,00** (vinte mil reais), na forma do disposto no art. 43, §1º, incisos III da Lei 4.320/64, junto ao orçamento do Poder Legislativo Municipal, com a seguinte modificação:

01 – PODER LEGISLATIVO

01.01 – CÂMARA MUNICIPAL

Fonte de Recurso	Ficha	PROGRAMAÇÃO	ELEMENTO DE DESPESA	Crédito Suplementar Adicional
	12	01.031.0001.2002	33.90.39	**20.000,00**
TOTAL				**20.000,00**

Art. 2º.Para cobertura do crédito aberto e especificado no art. 1º a fonte de recurso advirá das dotações abaixo relacionadas que serão canceladas:

01 – PODER LEGISLATIVO

01.01 – CÂMARA MUNICIPAL

Fonte de Recurso	Ficha	PROGRAMAÇÃO	ELEMENTO DE DESPESA	Crédito Suplementar Adicional
	14	01.031.0001.2002	34.90.51	**20.000,00**
TOTAL	**20.000,00**			

Art. 3º. Fica autorizado a inclusão e ALTERAÇÃO no PPA, LDO e LOA, para o exercício em curso, conforme disposto no art. 1º e 2º desta Lei.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Alvorada do Oeste, 14 de Setembro de 2020.

_____

João Luiz Alves de Souza

Vereador Proponente

Justificativa.

Alvorada do Oeste, 14 de Setembro de 2020.

Excelentíssimos Vereadores,

Vimos por meio deste encaminhar para a apreciação desta Egrégia Casa, o Projeto de Lei n. 24/2020, o qual versa respectivamente, sobre o seguinte assunto: "Altera a Lei orçamentária com autorização de abertura de crédito suplementar no valor de R$ 20.000,00 no orçamento da Câmara Municipal."

No caso, trata-se de projeto de Lei em que se pede a abertura de crédito especial suplementar para alteração orçamentaria da Câmara Municipal decorrente de necessidade de remanejamento de crédito junto ao orçamento.

É sabido que na Lei orçamentária anual podem ocorrer situações não previstas na fase de sua elaboração, daí necessitando de instrumentos que possibilitem retificar o orçamento durante sua execução, visando a regular adequação e atendimento as exigências da Lei de Responsabilidade fiscal.

No caso, lança-se mão de um mecanismo retificador que é o Crédito Especial Suplementar por remanejamento e são previsto na Lei 4.320/64, e na Constituição.

E no caso houve a necessidade de remanejamento, por obvio, não há dotação específica, pelo que a lei se propõe a fazer os devidos remanejamentos.

Assim o projeto de Lei comtempla os requisitos exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, notadamente possuindo a finalidade de atender à categoria de programação não contemplada na Lei Orçamentária Anual; com indicação da origem dos recursos e seus respectivos valores e com previsão de vigência no exercício financeiro em vigor.

Pedimos especial atenção deste Legislativo Municipal no sentido de aprovar o presente Projeto de Lei, haja vista ser necessário ao regular andamento das atividades da Câmara.

_____

João Luiz Alves de Souza

Vereador Proponente